

**ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quarenta e seis minutos no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, deputados Renato Câmara, Professor Rinaldo, Roberto Hashioka, jovem deputado Neno Razuk, Coronel David, Antonio Vaz, Jamilson Name, nosso líder Londres Machado, Zeca, Pedrossian, Pedro Kemp, Paulo Corrêa, Jamilson, Marcio Fernandes... Sejam todos bem-vindos. Iniciamos mais um semestre de muito trabalho. Que a casa do povo continue sendo protagonistas nos grandes debates, nas grandes ações que influenciam e mudam a vida das pessoas. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Sexagésima Terceira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE* – Lida e aprovada a Ata de número Setenta e Quatro da Sexagésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 21.228/2023, da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ofício nº 100/2023, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofício nº 93.388/2023, da Defensoria Pública-Geral de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 754 e 774/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1016/2023, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul; Carta nº 4/2023, da Concessionária de Rodovia Sul-matogrossense S.A. CCR MSVia. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Pedrossian Neto, Pedro Kemp, Zeca do PT, Lidio Lopes, Lia Nogueira e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Renato Câmara, Paulo Corrêa, João César Mattogrosso e João Henrique. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra a Deputada Gleice Jane. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 92/2023, de autoria do deputado João César Mattogrosso. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 9/2023, de autoria do Tribunal de Contas; Projeto de Lei Complementar nº 10/2023, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 125/2023, de autoria do deputado Jamilson Name. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de dona Carmem Rodrigues Navacchi; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçadas aos familiares de José João Bernardino e Antônio

*Rodrigues de Queiróz; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos policiais militares Alyson Souza Bulcão (CBPM), Edilson de Assis Pereira da Silva (CBPM), e Leandro Rocha (SDPM), lotados na cidade de São Gabriel do Oeste; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada a Livia Machado, jornalista da Alems que ganhou uma bolsa de estudos na renomada escola de língua inglesa Stafford House na Inglaterra; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao prefeito de Aral Moreira, senhor Alexandrino Arévalo Garcia, e à Secretaria Municipal de Educação, pela premiação na 5ª Ação de Reconhecimento do Conviva Educação. O deputado Pedro Kemp pediu destaque, que foi rejeitado em votação nominal, ao requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada ao senhor Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central. Foi pedida vista pelo deputado Coronel David ao requerimento de moção de repúdio, Protocolo nº 3559/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Requerimento de informações, de autoria dos deputados Zeca do PT e Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Gleice Jane, João César Mattogrosso, Neno Razuk, Zé Teixeira, Professor Rinaldo, Jamilson Name, Antonio Vaz, Pedrossian Neto, Lucas de Lima, Zeca do PT e Lia Nogueira. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, treze de julho do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados, imprensa, colaboradores, e um especial bom-dia para as pessoas que fazem a manutenção da nossa Casa. Expediente da Sessão Ordinária do dia 1º de agosto de 2023: Ofício nº 168.0.073.0076/2023, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto de lei visando à criação de cargo de técnico de nível superior, com qualificação em nível Antropologia; Ofício nº 234/2023, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, encaminhando Balanço Geral do Governo do Estado, exercício 2021; Ofícios nºs 134 e 135/2023, do Ministério da Saúde - Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento e à indicação do deputado Zeca do PT; Ofício nº 81/2023, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira; Ofício nº 773/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT; Ofício nº 1.071/2023, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, encaminhando os relatórios dos Termos de Fomento, Colaboração, Convênios e Termos registrados pelo Governo de Mato Grosso do Sul, do mês de junho de 2023; Ofício nº 952/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Professor Rinaldo; Ofícios nºs 2.218, 2.271 e 2.290/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana De Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David e Rafael Tavares; Ofícios nºs 178 e 190/2023, da Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna, respondendo aos requerimentos dos deputados

Rafael Tavares e Zeca do PT; Ofício nº 107/2023, da Câmara Municipal de Anaurilândia, encaminhando cópia do Requerimento nº 38/2023, de autoria dos vereadores Professor Rafael, Jorge, Mara, Danilo e Daniel. Senhor presidente, conforme sua solicitação, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Antes, porém, considerando a última aprovação do colégio de líderes, esta Mesa já deixa convocada para a próxima terça-feira, após a sessão, onze, onze e meia mais ou menos, a nossa reunião com o colégio de líderes para darmos andamento às ações do segundo semestre; destacando que temos algumas já em andamento que eu gostaria de citar, referentes à administração da Casa, em torno dos seguintes temas: redução do consumo de água tratada; consumo de energia sustentável e de energia elétrica; redução do uso do plástico e do papel; redução da quantidade de impressões, e por conseguinte do papel; aumento da produção de energia limpa; conservação das áreas verdes da Casa; melhora da gestão dos resíduos, com treinamento para o pessoal, inclusive das terceirizadas; observação mais atenta ao princípio da sustentabilidade nos métodos de compras; e desenvolvimento de projetos para fortalecer a mobilidade na Casa. Já está em andamento, aliás pronto, o projeto arquitetônico do nosso refeitório. As demais ações serão anunciadas na próxima terça-feira, portanto, na primeira reunião do colégio de líderes. Feito isso, queremos mais uma vez cumprimentar os deputados pelo início do segundo semestre e agradecer-lhes pelo primeiro. Semana passada, sexta-feira, ainda durante o recesso, participei de um evento no Ministério Público tratando de crimes, ocasião em que o protagonismo da Assembleia foi citado — citado tanto pelo MP quanto pela Defensoria Pública e pelo Tribunal de Justiça. Nossa Casa é uma Assembleia madura que debate os temas importantes de Mato Grosso do Sul e que está aberta à população, mantendo o compromisso de manter o protagonismo no debate político e a responsabilidade com as ações que efetivamente dão resultado para a população. Agora, sim, vamos à segunda parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas. Trago hoje uma indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia autônoma ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Domingos Sahid Neto, solicitando a instalação de um semáforo no cruzamento da rua Lúcia Martins Coelho com a rua Península, no bairro Cophavila II. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete pela senhora Maria Rodrigues, moradora do bairro, cuja preocupação é com o intenso trânsito verificado nos últimos meses nas proximidades da escola; a ausência de um semáforo tem levado os motoristas a não respeitar as sinalizações de preferência, o que pode levar a acidentes, colocando em risco a integridade física e a própria vida de alunos, professores, de todos os pedestres, enfim, que por ali circulam. A instalação de um semáforo no referido cruzamento vai promover a segurança dos pedestres e dos próprios motoristas. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar um projeto de lei que proíbe a publicação de anúncios de emprego com teor discriminatório no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Fica proibida a publicação de anúncios de emprego com teor discriminatório, no qual haja referência a idade, cor, etnia, situação familiar, gênero ou orientação sexual. Artigo 2º - Os meios de divulgação de anúncios de emprego impressos ou digitais com sede em Mato Grosso do Sul deverão publicar, em caráter permanente, a seguinte informação: "é proibido anúncio de emprego com teor discriminatório, no qual haja referência a idade, cor, etnia, situação familiar, gênero ou orientação sexual". Justificativa. A discriminação no processo de admissão de emprego é combatida pela Lei Federal nº 9029/1995, mesmo assim permanecem as práticas discriminatórias no processo de admissão de empregados. Discriminar uma pessoa no processo de seleção de emprego, antes de mais nada é um ato que atinge a dignidade da pessoa, portanto é um tema pertinente aos direitos humanos, sendo assim, merecedor de medidas do Estado voltadas à sua proteção. Recentemente foi noticiado que no município de Amambai foi investigado um anúncio de emprego que excluía pessoas indígenas da possibilidade de concorrer a uma vaga. Este tipo de discriminação toma maior dimensão porque o desemprego é um dos maiores problemas sociais enfrentados pela sociedade em todo mundo, e porque da falta de ocupação laboral advêm vários outros problemas como desajuste familiar, violência, tráfico de drogas, etc. É consenso que estar empregado é uma condição para a manutenção da própria condição humana na estrutura do modo de produção capitalista, tanto que os países buscam propor políticas voltadas ao pleno emprego. Organismos internacionais voltados à promoção dos direitos humanos há mais de seis décadas debatem, por meio da Organização Internacional do Trabalho, a estruturação de tratados internacionais com a finalidade de respeitar a promoção do emprego. Tendo em vista ampliar o sistema de proteção ao acesso e dignidade do trabalho, a proposta apresentada pretende criar mais uma barreira à prática do preconceito, estabelecendo penalidade àqueles que insistirem em publicar anúncios de vaga de emprego com critério de exclusão por raça, cor, etnia, religião ou gênero. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, nobres pares, povo que nos assiste pela TV e Rádio Assembleia, imprensa. É uma satisfação estar retomando mais uma semana de atividades. Senhor presidente, quando da sessão inaugural da Casa este ano, eu me permiti, até diria num ato de ousadia, pedir pela ordem a Vossa Excelência, que democraticamente me atendeu. Levantei então algumas das demandas que seriam os nortes do meu mandato, e assim desejo que continue. Um deles é a questão da Cassems. Disse, aproveitando a presença da Cassems no Plenário, que ninguém mais do que eu — até porque a Cassems foi criada no meu governo, substituindo a vergonhosa, falida, nojenta história

da Previsul — tinha interesse em levantar certas questões que precisavam de resposta. Uma dessas demandas era a renovação do quadro diretivo da Cassems, outra a questão da prestação de contas. E o presidente da Cassems, que me assistia, no dia seguinte me chamou, me fez um convite, deputado Paulo Corrêa, e, gentil e cavalheiro como é, me apresentou os números mostrando os investimentos que a Cassems teve de fazer no período agudo da Covid — quando o governo federal saía com propaganda dizendo que a Covid não matava, a Cassems teve um papel extraordinário. Pois bem, eu fiquei satisfeito com as explicações e convidei o presidente da Cassems a vir a esta Casa conversar com a bancada do PT, liderada então pelo saudoso deputado Amarildo Cruz. Pedro Kemp ficou também satisfeito, a bancada ficou satisfeita. O presidente da Cassems colocou-se então à disposição desta Casa para vir aqui fazer um pronunciamento de prestação de contas... Estou relembrando esses fatos porque ando ouvindo um zum-zum-zum por aí e a imprensa já me perguntou qual é a minha posição acerca do debate que aconteceu. Pois eu tenho dito o seguinte, que me senti satisfeito; em segundo lugar, a assembleia da Cassems foi massivamente convocada, democraticamente convocada, inclusive pela mídia (TV Morena, por exemplo)... Eu não estava na cidade, mas, segundo informações, aproximadamente mil e poucos filiados à Cassems compareceram e a maioria votou. Portanto, no meu entendimento, em vez de propor alguma coisa eleitoreira ou politiqueira nesta Casa, eu proponho, senhor presidente, para concluir, que esta Casa convidasse ou convocasse o presidente da Cassems para vir aqui fazer um pronunciamento explicando que a instituição vive um momento de dificuldade em função do papel extraordinário, volto a insistir, que cumpriu no período mais agudo da Covid. Obrigado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero me somar a Vossa Excelência, se possível, deputado Zeca.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esses assuntos são delicados, alguém falou em questão de CPI e eu dei como exemplo a última, vergonhosa, feita nesta Casa, a CPI da Energisa; quem a tocou não deu resposta para a população e depois jogou a culpa nos outros. Então, atendendo à questão de ordem de Vossa Excelência, esta presidência, com a anuência dos membros da Mesa, vai convidar — não é convocação — o presidente da Cassems... E não será para falar no Plenário, num primeiro momento, que eu acho que se trata de um assunto que merece ser tratado com todo o respeito e discrição. Vamos convidá-lo para uma conversa na sala de reuniões da presidência com os 24 deputados, oportunidade em que qualquer um dos parlamentares poderá fazer sua pergunta, ter seu esclarecimento. Num segundo momento, abrimos o resultado disso à população, afinal esta é Casa do Povo, não a casa da politicagem. Quem tiver interesse em fazer politicagem com esse assunto não terá o respaldo desta Mesa Diretora. Então me comprometo a fazer o convite para que o presidente da Cassems venha aqui o mais breve possível — na sala, repito, de reuniões da presidência. Prometo que até amanhã teremos essa reunião marcada... Continuando no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, quem acompanha nossa Sessão. Senhor presidente, hoje se inicia o Agosto Lilás, que é uma campanha nascida dentro desta Casa e destinada a alertar a população a respeito da prevenção e do enfrentamento à violência doméstica. Por conta disso, hoje apresento um projeto de lei visando à responsabilização do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo estado, por meio das transferências do fundo de saúde do Sistema Único de Saúde, às vítimas de violência doméstica e familiar. Senhor presidente, todo aquele que por ação ou omissão causar lesão, violência física, sexual ou psicológica a mulher em situação de violência doméstica e familiar, ficará obrigado a ressarcir todos os danos causados custeados pelo Sistema Único de Saúde, o SUS, de acordo com a tabela dos serviços prestados para o total tratamento das vítimas. Esse projeto de lei se baseou na Lei Federal nº 13.871, que fez alterações na Lei Maria da Penha, que é a Lei Federal nº 11.340. É uma forma de dar um basta a essa crescente violência contra as mulheres, e de diminuir também o número de feminicídios aqui em Mato Grosso do Sul. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, deputados, quem nos assiste. Senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Corumbá, solicitando os serviços de pavimentação e drenagem no Bairro Industrial do município. Trata-se de pleito encaminhado por moradores do município de Corumbá que alegam, principalmente nesta época do ano, sofrer muito com a poeira, que causa um recrudescimento das doenças respiratórias, principalmente em idosos e crianças. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa, assessoria e população que prestigia a nossa Sessão. Primeiramente quero desejar a todos um bom semestre neste nosso retorno; que Mato Grosso do Sul, que tem nesta Casa a sua representação, possa sentir-se devidamente representado pelos parlamentares que aqui estão. Faço uso da palavra para dizer o seguinte. Primeiro, que hoje é o Dia Mundial do Aleitamento Materno, e aproveito esse dia para apresentar um projeto de lei que institui a Política Estadual de Aleitamento Materno no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. "Artigo 1º - Fica instituída a Política Estadual de Aleitamento Materno. Artigo 2º - São objetivos da política instituída por esta lei: I - promover, proteger e incentivar o aleitamento materno; II - fomentar a realização de campanhas educativas estimulando o aleitamento e a doação do leite materno; III - divulgar a legislação que garante a proteção do aleitamento às mães trabalhadoras; IV - produzir e difundir conhecimentos sobre o aleitamento materno; V - estimular medidas para disponibilizar leite humano de

qualidade a crianças privadas da amamentação e promover, proteger e apoiar o aleitamento materno no âmbito dos bancos de leite humano; VI - desenvolver estratégias de divulgação, mobilização social e premiações em prol do aleitamento materno, e garantir alojamentos conjuntos para mães e lactentes nas maternidades estaduais, de modo a assegurar o aleitamento materno." Há ainda outros artigos, mas, enfim, "esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Plenário Júlio Maia, 1º de agosto de 2023". Também, senhor presidente, quero retomar duas discussões que travamos aqui no primeiro semestre e que não podemos deixar esquecidas, pelo contrário. Assim sendo, estamos requerendo à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, com supedâneo na regra do artigo 173, inciso XX, do Regimento Interno, que seja encaminhado requerimento de informações deste Poder ao ilustríssimo senhor diretor-presidente da CCR MSVia, Roberto de Barros Calixto, com cópia ao diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), senhor Rafael Vitale Rodrigues, solicitando informações e apuração quanto aos seguintes questionamentos a seguir relacionados, no prazo de trinta dias, visando a intensificar o trabalho desenvolvido na fiscalização dos serviços contratados para a Rodovia BR-163 neste estado: 1) Que seja enviada cópia do contrato original de concessão; 2) que se indique a previsão inicial de início e término da execução das obras de duplicação; 3) que se indique o valor cobrado a título de pedágio por quilômetro de rodovia ao longo do contrato, especificando os valores e períodos de cobrança; 4) que se indique qual o valor arrecadado a título de pedágio no período de cobrança; 5) que se indiquem quais os valores investidos na rodovia e a que título; 6) que se indique qual o motivo principal da inexecução das obras de duplicação da rodovia; 7) que se indiquem quantos quilômetros de duplicação foram realizados pela concessionária e quanto representa esta quantidade em face da extensão da rodovia em Mato Grosso do Sul; 8) que se demonstre que porcentagem foi atendida da exigência do contrato firmado com a empresa, assinado em março de 2014. Plenário Júlio Maia, 1º de agosto de 2023. Assina o deputado Junior Mochi. O objetivo, senhor presidente, é, após a análise dessas informações por esta Casa, decidirmos da chamada de uma audiência pública para a discussão e do encaminhamento de soluções para essa questão envolvendo a concessão da BR-163 em nosso estado... Também, senhor presidente, estou reiterando uma indicação feita por mim à secretária de estado de Administração, senhora Ana Carolina Araujo Nardes, e ao diretor-presidente Agência de Previdência do Mato Grosso do Sul (Ageprev), por cópias autônomas, reiterando indicação anterior (protocolo 03075/2023), repito, a fim de solicitar o levantamento da dívida dos servidores públicos estaduais ativos e aposentados, apontando as seguintes informações: 1) qual o montante do estoque total da dívida com empréstimos consignados de servidores ativos e inativos; 2) qual o montante numérico de empréstimos concedidos aos servidores públicos estaduais ativos e inativos; 3) quais as principais instituições financeiras que atuam na linha de crédito consignado para os servidores estaduais ativos e inativos; 4) quais as taxas de juros praticados pelas instituições financeiras credoras; 5) e bem assim, que este levantamento compreenda a informação qualitativa e quantitativa de quanto desses servidores possuem consignados acima do limite percentual estabelecido pela Lei Federal nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Plenário Júlio Maia, 1º de agosto de 2023. Assina o deputado Junior Mochi. Ainda, senhor presidente, duas moções de

pesar. A primeira é enviada para os familiares e amigos do mui digno senhor Renato Costa Alves, conhecido como "Renato do Cartório", titular do cartório do 1º Ofício de Registros Mobiliários, no município de Rio Verde, pelo seu falecimento ocorrido no último sábado, dia 29 de julho de 2023. A outra moção de pesar é endereçada aos familiares e amigos do senhor Ézio Lopes de Oliveira, pelo seu falecimento ocorrido em São Paulo no último dezoito de julho de 2023. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Mesmo já estando protocolizada no sistema da Casa, eu gostaria da anuência deste colendo Plenário para o envio de moção de pesar aos familiares do senhor Garon Maia Filho pelo seu falecimento — dele o do seu filho Francisco Veronezi Maia —, ocorrido num trágico acidente que chocou a família, a sociedade campo-grandense, o agronegócio e todos os apaixonados pela aviação. Então é com profundo pesar, senhor presidente, que apresento essa moção, por ser amigo da família.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Essa moção será incluída na Ordem do Dia de hoje e, com a permissão de Vossa Excelência, podemos fazê-la em nome da Casa.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedido, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro quero apresentar um requerimento ao governador Eduardo Riedel, solicitando informações acerca de qual estágio se encontra o processo de celebração de convênio para a realização da reforma geral do Hospital Regional Edelmira Nunes de Oliveira, do município de Guia Lopes da Laguna. Esse hospital se encontra inclusive fechado em função das suas precaríssimas condições, que não permitem seu funcionamento. Na conversa que tive com o governador já há alguns meses, ele manifestou a vontade, a decisão mesmo, de urgentemente celebrar convênio para a realização da reforma geral daquele hospital. Em segundo lugar, apresento um requerimento ao coordenador do Dsei [Distrito Sanitário Especial Indígena], aqui de Mato Grosso do Sul, Arildo Alves Alcântara, com cópia ao secretário especial de Saúde Indígena, na Sesai [Secretaria de Saúde Indígena] de Brasília, senhor Ricardo Weibe Nascimento Costa, e ao ministro da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa dos Santos, indagando, senhor presidente, quais medidas estão sendo tomadas para a resolução do problema do consumo de água na aldeia Alves de Barros em Porto Murtinho, do

povo kadiwéu, que possui na sua comunidade três poços artesanais, instalados pela Sesai, via Dsei local, mas sem nenhum funcionamento; enquanto que os indígenas daquela comunidade consomem água contaminada, com animais mortos dentro do único córrego que abastece a população local. Por último, senhor presidente, e a questão mais grave, apresento um requerimento ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, doutor Alexandre Magno Benites de Lacerda, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, doutor Antônio Carlos Videira, solicitando urgente investigação da suposta utilização de veículo oficial da prefeitura do município de Porto Murtinho, para a participação em festa particular por parte do prefeito municipal Nelson Ribeiro Cintra, bem como a informação se as mulheres que aparecem ao lado do prefeito na referida festa, como o demonstram fotografias anexas a presente proposição, são ou não menores de idade. São essas três proposições que apresento nesta Casa, já devidamente registradas no sistema, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Lucas de Lima. Muito bom dia. Seja bem-vindo.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados. Voltamos do recesso prontos para trabalhar por Mato Grosso do Sul, principalmente pela nossa Capital Morena. Tenho aqui várias indicações. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja enviado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, solicitando a limpeza da rua Doutor Miguel Vieira Ferreira, inclusive da calçada, e a manutenção da iluminação no bairro Santa Luzia; patrolamento e encascalhamento, ou mesmo o asfaltamento, para a rua Orli, no Jardim Centenário; patrolamento e encascalhamento para a rua Ronald de Carvalho, bairro Universitário/Núcleo habitacional; patrolamento e encascalhamento para a rua Tarcio Fragoso, no São Conrado; e também patrolamento e encascalhamento para a rua Bueno Garcia, também no bairro São Conrado. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Comunico aos senhores que já está agendada, deputado Zeca do PT, deputado Junior Mochi, deputado Jamilson, deputado Marcio, lideranças, para quinta-feira, às 08h20, na sala de reuniões da presidência, reunião com o presidente Ricardo Ayache, que prontamente atendeu à nossa solicitação confirmando que vem aqui fazer a sua exposição, nesta semana, quinta-feira, repito, às oito e vinte — todos os deputados estão convidados. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Bom dia, senhores deputados. Uso o Pequeno Expediente tendo em vista que neste momento, em São Paulo, está acontecendo uma coisa diferenciada no escritório da CNI [Confederação Nacional da Indústria] de São Paulo. Está havendo lá uma exposição muito interessante para os empresários do Brasil, de São Paulo especialmente: o "MS Day". Acabo de ser comunicado que neste exato momento está falando o governador Eduardo Riedel, deputado Zeca do PT... O "MS Day" está acontecendo em São Paulo com a

participação da Federação das Indústrias, com a participação do secretário Jaime Verruck, do secretário de estado de Fazenda, Flávio César, com a participação também do secretário de estado de governo, Caravina, e com a participação do secretário de estado da Casa Civil, Eduardo Rocha. Estarão lá o dia inteiro hoje no escritório da CNI em São Paulo, fazendo várias rodadas de negociação objetivando uma coisa de suma importância para o estado de Mato Grosso do Sul. Em passando a Reforma Tributária, deputado Pedrossian Neto, os estados menos desenvolvidos, como é o caso de Mato Grosso do Sul, vão perder um gancho, que é a possibilidade de fazer a concessão de incentivos fiscais. Então está sendo demonstrado, com o "MS Day", lá na CNI, a pertinência de fazermos todos os convênios que pudermos já neste segundo semestre. E o Riedel foi pontual, preciso, em fazer essa reunião agora em 1º de agosto, para que haja tempo, para propiciar àquelas empresas que queiram vir instalar-se em Mato Grosso do Sul ainda poderem se beneficiar da lei de incentivo fiscal do estado — que é a mais moderna do Brasil! —, o que pode possibilitar a instalação aqui de várias indústrias. E ontem foi visitado o novo terminal da Eldorado Celulose, no Porto de Santos, deputado Londres Machado, que é um avanço muito grande para a exportação dos bens produzidos pela Eldorado Celulose aqui de Três Lagoas e Selvíria para o mundo inteiro, através do Porto de Santos. Então, são conquistas do nosso estado, senhor presidente, e acho de suma importância deixar isso registrado... É a primeira vez que acontece uma rodada de negociação assim, jogando o peso do nosso estado. Precisamos aproveitar este interregno ainda antes que seja aprovada a Reforma Tributária, pois há de fato essa possibilidade, o que vai prejudicar sobremaneira o estado nosso, que produz produto primário — e aí vai-se começar a recolher o imposto no destino em vez da origem. E aí aproveito para deixar a minha posição enquanto deputado estadual representando Mato Grosso do Sul: sou contra a cobrança no destino, porque a instância que está sendo criada para administrar esse assunto, isso não está bem claro... Tomara que o Senado faça uma discussão séria do assunto, porque efetivamente na Câmara federal foi um atropelo para se aprovar, muito estranho! A reforma tributária vai mexer no bolso de todos os cidadãos e Mato Grosso do Sul vai perder efetivamente com ela. E quero lembrar novamente, deputado Londres, deputada Mara, a nossa briga de mais de doze anos para resolver a questão da Lei Kandir. Nós tínhamos direito a 40 bilhões, os estados produtores; foram pagos quatro bilhões em dez parcelas de 400 milhões. Então eu acho que não precisa falar nada, não?... quando se criam essas instâncias aí é para o governo federal centralizar a receita, e em centralizando a receita o prejudicado é o estado de Mato Grosso do Sul, que produz produtos primários. De tal sorte que o "MS Day" que está acontecendo hoje em São Paulo é de suma importância para Mato Grosso do Sul. Com certeza vamos atrair vários investimentos, e de um jeito moderno, proativo: levando o estado para mostrar, não para um, dois, dez empresários, mas para os industriais de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, para que venham para o estado, o nosso orgulho, que é o Mato Grosso do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, presidente, nobres pares, senhoras e senhores que nos honram com a presença e quem nos assiste pela

TV Assembleia. Tenho duas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando estudos para obras de recuperação da rodovia BR-376, no trecho que liga o município de Nova Andradina ao distrito de Amandina. A presente indicação decorre de reivindicações dos moradores que utilizam a supracitada rodovia, que padecem com o seu precário estado de conservação. Outra. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando seja viabilizada a recuperação da MS-395, no trecho compreendido entre os municípios de Bataguassu e Anaurilândia. A presente indicação decorre de reivindicação de moradores que utilizam aquela via e padecem com seu precário estado de conservação. O grande fluxo de veículos, de propriedades rurais, de moradores e outros usuários que diariamente por lá trafegam, tem deixado a via em estado crítico, o que prejudica o transporte e a economia do estado. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: um projeto de lei (Prot. nº 03814/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: um projeto de lei (Prot. nº 03816/2023). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 03802/2023); duas moções de pesar (Prot. nº 03797/2023, 03815/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: três indicações (Prot. nº 03799/2023, 03800/2023, 03798/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 03813/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 03695/2023), uma moção de congratulação (Prot. nº 03696/2023); um projeto de resolução (Prot. nº 03713/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: treze indicações (Prot. nº 03789/2023, 03791/2023, 03793/2023, 03788/2023, 03792/2023, 03707/2023, 03790/2023, 03706/2023, 03794/2023, 03705/2023, 03704/2023, 03703/2023, 03701/2023); um projeto de lei (Prot. nº 03694/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 03806/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 03807/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 03819/2023); um projeto de lei (Prot. nº 03812/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 03801/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: quinze indicações (Prot. nº 03679/2023, 03684/2023, 03680/2023, 03681/2023, 03682/2023, 03683/2023, 03685/2023, 03686/2023, 03687/2023, 03688/2023, 03689/2023, 03690/2023, 03691/2023, 03692/2023, 03693/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: seis indicações (Prot. nº 03699/2023, 03698/2023, 03697/2023, 03817/2023, 03818/2023, 03700/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nº 03804/2023, 03803/2023), uma moção de pesar (Prot. nº 03820/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nº 03808/2023, 03809/2023); um requerimento (Prot. nº 03810/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, deputado Antonio Vaz, nosso presidente do Republicanos. Transferida. Deputado Pedrossian Neto... Vossa Excelência dispõe de 28 minutos.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador —

Mais uma vez muito bom dia, senhor presidente, nobres pares. Eu queria me somar ao nosso ilustre colega Junior Mochi no seu pronunciamento com relação à preocupação acerca da relicitação da BR-163, especificamente no que tange ao pedido de informações com relação à concessionária CCR MSVia. Eu queria pedir autorização ao colega para assinar com ele esse pedido de informação. Porque estou muito preocupado, senhor presidente, com as notícias dos últimos dias. Há pouco saiu a notícia da prorrogação por mais dois anos, seja da concessão da BR-163, seja da Malha Oeste, pela ANTT. E agora mais recentemente, semana passada, sai um voto de um ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rego, acerca da legalidade ou não do procedimento da ANTT com relação à BR-163. Senhor presidente, neste recesso tive a oportunidade, com mais tempo para estudar, de baixar o contrato de concessão com seus aditivos (primeiro, segundo e terceiros termos aditivos)... É um verdadeiro crime o que está sendo feito com Mato Grosso do Sul. Não há exagero nenhum em dizer que é um abuso a forma como a ANTT está tratando a 163; e eu vou dizer por quê, senhor presidente. Quando lá em 2014 a CCR teve a obrigatoriedade de duplicar a BR-163, em mais de 800 quilômetros, ela tinha uma série de compromissos de investimentos, investimentos robustos, significativos, que iam fazer com que a 163 pudesse ser de fato essa verdadeira artéria de desenvolvimento para Mato Grosso do Sul. Ocorre que desses oitocentos quilômetros ela fez pouco mais de 10%. Por quê? Porque, como condição do contrato de concessão para começar a fazer a cobrança do pedágio, ela teria de fazer... 10% desse investimento. Então ela fez cerca de oitenta quilômetros de asfalto, de duplicação, e passou à cobrança do pedágio. Muito bem. Ato contínuo, a CCR deveria ter conseguido, com recursos próprios ou através de financiamento, fazer os 90% restantes da obra, até completar os 100% da duplicação. O que que aconteceu? Ela não conseguiu esse financiamento, alegou crise financeira, alegou problemas no mercado nacional e internacional, e não completou a obra. Ocorre que a ANTT, como órgão regulador, como agência fiscalizadora, deveria ter declarado a inadimplência, o descumprimento do contrato pela CCR. Ou seja, como a CCR não cumpriu dispositivo contratual, não cumpriu os marcos estabelecidos no contrato de concessão, dever-se-iam aplicar a ela as sanções previstas no contrato! E quais são as sanções previstas no contrato, senhor presidente?... A caducidade da concessão. Então, deveria a ANTT, se tivesse seguido o contrato de concessão, ter cassado esse contrato de concessão da CCR MSVia. E eu pergunto para Vossas Excelências: qual foi o motivo de não invocar a cláusula de rescisão contratual e declarar a caducidade?... Para mim isso permanece um verdadeiro mistério — um verdadeiro mistério! Porque o contrato era claríssimo: se não se realizarem os investimentos previstos no contrato, é obrigatória a declaração da caducidade. O contrato ainda estabelecia algo mais, deputado Hashioka: caso a concessionária não realizasse a duplicação na sua totalidade dos oitocentos quilômetros, ela deveria ter as garantias executadas. E quais são essas garantias, deputada Gleice? Uma, no valor de 175 milhões, e outra no valor de 325 milhões, perfazendo 500 milhões de reais. Ou seja, no edital de licitação da concessão, a ANTT se defendia contra a hipótese de inadimplência, isto é, se a CCR não fizer o investimento, nós vamos sacar uma garantia de meio bilhão de reais e penalizar a concessionária. Pois bem, o que que a CCR conseguiu como façanha, como verdadeiro milagre, como obra inexplicável?... Eu gostaria de saber, porque não está claro como ela conseguiu isso. Ela assinou um

primeiro termo aditivo, e eu convido os deputados aqui presentes a ler o primeiro termo aditivo. O que que ele estabelece? Primeiro, extinção das sanções, extinção das punições à CCR; e a CCR sacou a garantia de 325 milhões, que não poderia ter sacado. Então, ao invés de a ANTT executar as garantias, ela permitiu que a CCR pudesse pegar o dinheiro de volta. E mais do que isso, estabeleceu uma relicitação. Que diz a relicitação? Diz que o próximo concessionário ainda por cima vai indenizar a CCR dos investimentos que ela fez! Vejam que negócio da China!... Você pega uma concessão; se dá certo, você fica multibilionário através da cobrança de pedágio; se não dá certo, se você for incompetente e não conseguir cumprir aquilo, você consegue um primeiro termo aditivo com a ANTT, que passa a mão na cabeça da concessionária, extingue-lhe a punição e as sanções, retira-lhe a obrigação de investimentos, permite-lhe sacar 325 milhões de reais, e ainda estabelece uma relicitação onde o próximo vai indenizar a CCR!!... Ah, pelo amor de Deus!... Então eu penso que a gente precisa realmente se debruçar sobre esse tema. Embora matéria de natureza federal, eu entendo que nós temos de verificar isso juridicamente — e aqui convido as nossas diversas assessorias (da OAB, Fiems, entidades de classe, daqueles que estão preocupados com nosso estado) —, para ver se não existe competência concorrente: para que nós investiguemos a CCR. Eu quero entender em que condições ela conseguiu esse primeiro termo de acordo, que é lesivo a Mato Grosso do Sul. Eu creio que é ilegal esse primeiro termo de acordo... Então, eu penso que há algumas coisas que nós podemos fazer como passos introdutórios, para aumentar o grau de visibilidade sobre essas coisas que estão sendo feitas na ANTT. De um lado, é fazer essa investigação, como esse pedido de informações do deputado Junior Mochi... Parabéns, deputado, é isso mesmo que temos que fazer... Temos de chamar a OAB para eventualmente entrar conosco com uma ação civil pública para imediatamente cessar a cobrança do pedágio. Como é que pode eles estarem cobrando pedágio tendo feito apenas 10% do investimento, deputado Junior Mochi?!... Como?... E aí, o passo seguinte é discutir uma forma de reliciar a BR-163 aqui no nosso estado. Nós temos conversado com o governador Eduardo Riedel, com toda a sua equipe; e aqui aproveito para cumprimentar o governador, o secretário de Infraestrutura, Peluffo, e o Jaime Verruck, de Desenvolvimento, que estão muito cientes desse problema. Existe de fato a discussão sobre nós relicirmos aqui, pelo nosso Estado. A nova legislação permite que licitemos por aqui. Agora, é um passo importante; nós traríamos a responsabilidade que hoje está na ANTT, está com a União, para o governo do estado: faríamos por aqui. Eu penso, deputado Junior, que esta seja talvez a única saída possível, porque é muita arbitrariedade o que se está fazendo em nível nacional, esse descaso com nosso estado, é um verdadeiro tapa na cara do contribuinte sul-mato-grossense, que está pagando um pedágio caríssimo — ano passado parece que foram quase quinhentos milhões de reais arrecadados. E entretanto é gente morrendo na rodovia, é toda hora uma tragédia, toda hora um problema, as condições de trafegabilidade piorando substancialmente... É tudo isso acontecendo e não obstante, de Brasília, dos órgãos federais, o que se vê são apenas medidas tendentes a passar a mão na cabeça dessa concessionária, enquanto sofre o Mato Grosso do Sul... Concedo o aparte.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Mais uma vez, deputado, quero parabenizá-lo por trazer novamente esse assunto à tribuna. Temos mesmo de

chamar a atenção todos os dias nesta Casa para os problemas que viemos enfrentando na BR-163. É muito sério, são muitas vidas. E as pessoas nos perguntam "mas e aí, o que que vocês estão fazendo, o que que vai ser feito para diminuir o índice de acidentes, o número de vítimas fatais?". A rodovia 163, pelo menos na minha região, virou o corredor da morte — o corredor da morte! E aí, deputado, eu me preocupo quando vejo uma notícia dizendo que o Tribunal de Contas da União dá o aval para a CCR MS Via permanecer no MS. Eu realmente não consigo entender como que isso legalmente pode ocorrer. O senhor trouxe aqui informações que nos causam mais preocupação ainda... Como é que pode uma concessionária, que não cumpre contrato, não ter as suas sanções?! Não teve... Como é que pode uma concessionária que não cumpriu o seu contrato (e vidas estão sendo perdidas por conta disso) ter a possibilidade de continuar com essa concessão. Eu não consigo entender isso. E nós aqui nesta Casa, não é de hoje que temos feito apelos para que essa concessionária olhe para a BR-163 com o sentimento de humanidade, que é o que nós queremos, pois há vidas ali sendo perdidas todo dia pela irresponsabilidade dessa concessionária, que não cumpriu o contrato que prevê a duplicação da 163 em todo o seu trecho. De sorte que me somo a Vossa Excelência na sua preocupação, e esta Casa precisa ter um resposta da ANTT e da CCR, ao menos como um alento, como uma sinalização de que algo será feito... não daqui a dois, três, quatro anos. Imediatamente! Para que, nesses trechos onde estão ocorrendo acidentes todos os dias, seja feita uma terceira via, ou a duplicação, para que a gente possa transitar ali com segurança. Eu, que uso essa BR praticamente todo fim de semana, vejo o desespero das pessoas, o que elas passam nessa rodovia, o perigo que a gente corre todo dia. Então queremos informação, queremos resposta da ANTT.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado pelo pronunciamento que faz, deputada Mara. Acho que infelizmente não podemos esperar nada da CCR. Enquanto não aumentarmos o nível de pressão e de fiscalização, enquanto não trouxermos à luz do dia um contrato obscuro como esse, para torná-lo um pouco mais claro, ninguém vai se mexer. O que esta Casa precisa saber é: Quais foram essas condições que a ANTT aceitou — que eram inaceitáveis — para não declarar a caducidade do contrato? Por que deixaram a concessionária sacar uma garantia de 325 milhões? Por que extinguiram as sanções e punições estabelecidas em contrato? Por que suspenderam a obrigatoriedade de investimento? E por que aceitaram uma relicitação na qual o novo concessionário terá de indenizar essa CCR, que fez apenas 10% dos investimentos?... Está muito claro o problema... Em todo caso, antes de subir o tom, precisamos um pouco de calma; até porque, noutros estados, e é bom mencionarmos isso, a pressão foi maior. No Paraná abriu-se uma comissão parlamentar de inquérito sobre a CCR, e o resultado dessa CPI que nossos colegas do Paraná conseguiram foi zerar o pedágio; descobriu-se que havia pagamento de propina e a CCR teve de devolver no âmbito da Lava Jato uma quantia vultosa de dinheiro para o orçamento da União — isto no estado do Paraná, não estou dizendo que o mesmo esteja se dando aqui, aqui ainda não sabemos as condições, qual foi o entendimento dela com a ANTT... mas não quero levantar suspeição... Agora, que há alguma coisa estranha, isso há.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Permite um aparte?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por favor.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Primeiro parabéns pelo pronunciamento. A razão do requerimento que fizemos hoje é simples, é que não dá para iniciar uma discussão assim sem antes ouvir a concessionária. Então eu acho que a CCR MSVia tem a possibilidade de responder ao requerimento, aos questionamentos formulados, e obviamente demonstrar claramente para nós que não há indício nenhum de irregularidade... muito embora todos os dados que nós levantamos sinalizem o contrário. Você tem uma concessão a uma empresa do tamanho, do porte das CCR MSVia, a maior empresa de concessão de rodovia da América Latina...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Com a Odebrecht no capital social.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Então essa concessionária obviamente que sabe dos riscos que corre quando abraça a concessão de uma rodovia como a 163. Fez os seus devidos levantamentos, teve a possibilidade de entender a complexidade da missão e assumiu os riscos do contrato que estava assinando, contrato que lhe estipula uma condição para começar a cobrar o pedágio. E qual era essa condição: executar 10%. Num ano estavam executados os 10%, os 86 quilômetros iniciais, e a empresa passou a cobrar o pedágio. Nos oito anos seguintes, de 2015 a 2023, ela executou apenas mais 156 quilômetros, segundo as informações que nos chegam, não é oficial mas é o que temos. Se considerarmos que o montante da quilometragem da rodovia é de 856 quilômetros, a conclusão é que a concessionária não chegou a executar 20%... e faz oito anos que está recebendo pedágio!

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Ano passado arrecadou quanto, deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — A informação extraoficial, que eu vi na leitura do jornal: mais de 500 milhões.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — E quanto que ela investiu nesses 150 quilômetros?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Ah, deve ter investido, se considerarmos um preço alto aí de dois milhões por quilômetro, algo em torno de trezentos.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Que baita negócio!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — São dados aleatórios, não dá para cravar nada, acho que a gente tem de ter a responsabilidade de obter as informações precisas. Se necessário nós vamos chamar uma audiência pública; se for necessário, nós vamos até a ANTT; e se for necessário, em último caso,...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — CPI.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — ...fazer uma CPI para apurar isso. Ou entrarmos com uma ação civil pública para obter a suspensão da cobrança do pedágio — desde que tenhamos provas concretas, indícios claros de que há irregularidade no contrato de concessão: havendo isso, nós vamos fazer. Então estamos iniciando esse processo dando a oportunidade à CCR de vir aqui se justificar, apresentar os dados e os números para esta Casa de Leis. Muito obrigado pela concessão do aparte.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito obrigado, deputado Junior. Então, para concluir, para a gente estabelecer um passo a passo dessa discussão: requerimento, eventualmente audiência pública, eventualmente ação judicial para a suspensão do contrato, e eventualmente outras medidas parlamentares na forma de investigação. Agora, que é fundamental que o governo do estado entre nessa discussão, relicitando por aqui, disto não tenho dúvida nenhuma. E mais uma vez parabéns ao nosso governador por também ter esse entendimento, embora a decisão ainda não tenha sido tomada. Eram essas as nossas considerações, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Vossa Excelência dispõe de dez minutos, para encerrarmos.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — sem revisão do orador — Bom dia a todos, presidente, Mesa, nobres colegas e quem nos acompanha. Eu venho hoje aqui na volta do recesso apresentar um pedido de CPI nesta Casa. O intuito desse pedido é investigar todo o balanço financeiro da Cassems dos últimos cinco anos, para a gente saber quais são as empresas que lhe prestam serviço terceirizado, e qual é o formato que aquela utiliza para credenciar as clínicas que lhe prestam os serviços. Por que que esse pedido de CPI está sendo colocado no dia de hoje?... Até me assustei com a manifestação de alguns colegas que já se adiantaram dizendo que a CPI não é necessária, antes mesmo de ouvir meus argumentos. Eu fui procurado por uma comissão de servidores públicos na semana passada, questionando o aumento da mensalidade. Sabedor disso, fui verificar no Portal da Transparência, portal que deveria dar transparência mas que na verdade dever-se-ia chamar "Portal da Escuridão", porque não temos nenhuma informação no Portal da Transparência sobre a Cassems. Qualquer sul-mato-grossense, se quiser saber como que um deputado desta Casa emprega o recurso público, ele tem acesso a essa informação! E aqui parabenizo esta Casa pela transparência, que de fato tem. O cidadão entra lá no site e fica logo sabendo onde e o que o deputado comeu, em qual posto abasteceu, em qual hotel dormiu... Isto é transparência de fato, porque é dinheiro público... graças às notas que são colocadas no Portal da Transparência. Mas no Portal da Transparência da

Cassem's há lá quatro milhões em publicidade... Mas quem é que fez essa publicidade? Qual empresa fez essa propaganda? Onde foi colocada essa publicidade? Isto ninguém sabe! Verificando esses dados no "Portal da Escuridão" da Cassem's, eu fui buscar algumas falas do presidente da entidade. "Em 2022 conseguimos apresentar um balanço positivo de 18 milhões de reais." Superávit, portanto, em 2022. Antes da eleição da Cassem's, este mesmo presidente diz orgulhar-se das contas no azul da Cassem's. Passada a eleição, se não me engano em março, mudou o discurso, "a Cassem's está quebrada, a Cassem's precisa de dinheiro, a Cassem's não tem mais arrecadação, precisamos aumentar o plano do servidor"... Por isso que eu recebi essa comissão de servidores insatisfeitos com a administração das Cassem's. E, olhando também no "Portal da Escuridão", me chamou muito a atenção um dado que eu quero compartilhar com os senhores: em 2021, despesa com pagamento de pessoal da Cassem's: 86 milhões de reais; em 2022, ano eleitoral... 141 milhões de reais! Para que contratar tanta gente na Cassem's?!... É isso que a gente vai querer saber na CPI. Na mesma linha, "pagamento de serviços de terceiros", em 2021, 37 milhões; 2022, 52 milhões de reais. Então, estou aqui no dia de hoje fazendo o que julgo correto fazer. E quero deixar muito claro que pressão política, comigo não funciona; não adianta o sujeito falar que não vai abrir CPI; não adianta falar que agora não quer mais abrir CPI... Mês passado queria, agora não quer mais. Por quê?... Uma reunião basta?... Ora, nós estamos aqui para representar todo sul-mato-grossense, inclusive os servidores públicos, e é isto que irei fazer aqui dentro — com pressão, sem pressão, não importa, mas pressão, comigo não funciona. Eis por que apresento o presente pedido de CPI nesta Casa. Na próxima quinta-feira os servidores já marcaram uma manifestação, vão estar aqui e verão quais deputados têm coragem para mexer nesse vespeiro, para dar transparência à Cassem's. É isto, repito, que estou fazendo aqui no dia de hoje: um pedido de CPI para a gente ter acesso a todo o balanço financeiro da Cassem's dos últimos cinco anos, a todas as empresas terceirizadas contratadas e à política utilizada no credenciamento das clínicas...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Concede um aparte, deputado?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Só um minutinho... acesso à política que preside a escolha das clínicas que prestam serviço atendendo de forma exclusiva os contratados da Cassem's... Pois não, deputado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço, deputado. Vossa Excelência diz que não aceita pressão de ninguém... Mas eu acho que é Vossa Excelência que está pressionando a Casa! Porque até agora o senhor não apresentou requerimento nenhum de CPI. O senhor está falando que vai apresentar...

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Estou coletando assinaturas.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Só um pouquinho... Se me permite um conselho, porque sou um pouquinho mais idoso que Vossa Excelência: apresente primeiro o requerimento, discuta com os colegas. Sim, porque vir aqui na

quinta-feira expor os deputados, ver quem tem coragem, quem não tem, não me parece o mais adequado: aqui é cada um com a sua consciência, aqui são vinte e quatro cabeças... E tem de ser respeitada a posição minha, mesmo que contrária à sua; eu também tenho de respeitar a sua ainda que contrária à minha. Eu acho que a gente pode trabalhar num equilíbrio, precisa ter muita calma nessa hora, e não dizer que alguém está pressionando alguém... Se Vossa Excelência não aceita pressão, tampouco a aceito eu. Mas o fato é que ninguém lhe pediu para retirar um pedido que nem sequer foi apresentado. Não há requerimento nenhum, o que houve é que fomos consultados pela imprensa sobre a postura da Assembleia. Como quer que seja, antes de abrir qualquer CPI, é de bom alvitre fazer uma reunião com as partes. Aliás o presidente Gerson marcou uma reunião para a próxima quinta-feira, e não obstante, estranhamente, já há marcada uma manifestação para quinta-feira?!... Quer dizer, quinta-feira às oito e vinte nós vamos receber o presidente da Cassems que vem aqui fazer uma exposição de motivos, reunião aprovada democraticamente por esta Assembleia, e já isso?!... Então, eu queria só dizer o seguinte, se Vossa Excelência me permite, não pressione daí para cá também, que não funciona essa pressão. A pressão legítima é o interesse da população, e se há alguma coisa errada a CPI tem de ser clara. Na CPI da Energisa eu era o presidente e falei isso diversas, quer dizer, fazer uma CPI baseada num medidor de energia lacrado pelo Inmetro ia dar errado, e deu errado. De modo que o foco da CPI tem de estar muito claro, não pode haver dúvida. Portanto, coloque Vossa Excelência o motivo, a razão, peça a seus pares para assinar, mas não assim no afogadilho, na pressão, do jeito que Vossa Excelência está dizendo que vai fazer quinta-feira (quem vai assinar, quem não vai assinar, que meu Deus do céu...): que conversa estranha!... Mas, estou querendo colaborar com Vossa Excelência. Obrigado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado pelo aparte, deputado. Na verdade eu quis dizer que o servidor vai saber quem são os deputados que vão atender a essa demanda legítima deles, que querem buscar uma investigação, já que não possuem esses dados, aos quais nem mesmo eu, deputado, consegui ter acesso: apenas essa correção... Concedo o aparte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado, já ultrapassou o tempo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Rafael Tavares, caso Vossa Excelência já tenha encontrado um fato certo e determinado, será com muito prazer, muita satisfação que não só concedo minha assinatura como me disponibilizo a ajudar a estudar o assunto. Eu escutei o deputado Zeca, escutei a fala de Vossa Excelência, de insatisfação com a condução política, fiscal, com a falta de transparência da Cassems. Mas, deputado Rafael Tavares, como Vossa Excelência é um novato aqui, deixe-me lhe dizer que o que motivou os parlamentares a assinar a CPI da Energisa foi justamente a insatisfação popular, foi a pressão popular, foi a reivindicação popular, não foi a exposição de parlamentares. Quero dizer a Vossa Excelência que, tal qual aquela CPI, já houve noutros estados em casos semelhantes CPIs em que se periciaram os relógios e foram encontrados erros... sempre a mais para a companhia. A Assembleia teve uma paralisação em razão da pandemia, e a

Energisa a todo momento pedia para não periciar; pediu aqui, travou ali, nós conseguimos liberar, foi, foi, foi até o STJ. Então a maior vergonha que eu vi até agora, em termos de CPI proposta aqui, foi da própria companhia que temeu apresentar as informações, que não deixou a CPI fazer o seu trabalho. Aliás, aquela CPI da Energisa está paga, a perícia está paga, os medidores estão lá na USP... Agora eu pergunto, qual é o medo de trazer transparência?... Mas parabéns a Vossa Excelência. Acho que o tema é pertinente, e podendo-se convocar uma CPI, isto apenas nos vai dar condições de investigar, e se estiver tudo OK, tudo bem. De qualquer forma, acredito que onde há informação escondida, como há no governo do estado, é porque há algum problema, alguma coisa errada, que merece ser investigada. Parabéns. Dou minha assinatura agora se Vossa Excelência já estiver com o papel.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado pelo aparte, João. Para finalizar, o requerimento está comigo, quem tiver alguma dúvida, todas as informações que eu coletei estão aqui, para a gente conseguir de fato fazer uma investigação, que não é política, é uma investigação técnica, e não fui eu que corri atrás, foram os servidores que vieram falar comigo pedindo essa investigação. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Registro a presença da senhora Rosângela Marça Paes, vereadora do município de Costa Rica; obrigado pela presença. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário se há quórum para a deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1... Como o deputado Junior Mochi não se encontra no Plenário, vamos ao seguinte. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 086/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o 'Dia Estadual de Enfrentamento à Psicofobia' para combater atitudes preconceituosas e discriminatórias contra pessoas com transtornos mentais." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 086/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLAICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em tempo, como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 020/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 020/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP)— Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLAICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) —Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) —Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Elber Pereira de Figueiredo. Vai ao Expediente. Item 3. Projeto de Lei nº 227/2022. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Altera e acrescenta dispositivo à Lei nº 3.665, de 6 de maio de 2009, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa para confecção de 2ª vias de documentos de pessoas idosas e/ou carentes que tenham sido objetos de ações criminosas." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Modificativa 01, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 227/2022, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, presidente. Quero parabenizar o nobre colega deputado Paulo Corrêa, nosso primeiro-secretário, da Mesa Diretora, pela sensibilidade de elaborar esse projeto de lei que vem para contemplar pessoas em situação de vulnerabilidade social, muitas das quais nos procuram para fazer essas segundas vias porque não têm condições; principalmente porque se trata de pessoas que foram alvo de ações criminosas. Então, é um projeto de extrema importância e o Parlamento estadual sai na vanguarda, ao propor um projeto dessa envergadura. Parabéns, deputado Paulo Corrêa. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim, senhor presidente, e agradeço aos colegas. Eu ia fazer a defesa do projeto mas a deputada Lia fez uma defesa tão bonita... Efetivamente são as pessoas com vulnerabilidade social que estão sendo atendidas com esse projeto. Obrigado a todos os pares. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 181/2023. Autora: deputada Gleice Jane. "Dispõe sobre a instituição da 'Semana Estadual de Conscientização e Educação sobre a Entrega Legal de Crianças para Adoção' no estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Modificativa 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Para discutir, a deputada Gleice.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, nobres deputados aqui presentes, nesta semana em que retornamos às atividades. É com muita alegria que apresentamos esse projeto, nosso primeiro projeto a passar aqui pela Assembleia Legislativa. E nem podia ser diferente: é um projeto amoroso, carinhoso, que coloca as crianças no centro dessa discussão. Nosso projeto visa a garantir que campanhas esclareçam para a sociedade, sobretudo para as mulheres grávidas que não querem ficar com o bebê, para que possam fazer uma entrega legal dessa criança. Isso é muito importante para a gestante, isso é muito importante para a criança, que vai poder receber imediatamente a atenção de uma outra família; e isso também é muito importante para que a família que quer adotar uma criança, ainda bebê, tenha o direito

a ter essa criança imediatamente. Quando não é assim, quando a entrega não é legal, o processo é muito burocrático, moroso, e pode atrasar. O projeto visa a garantir o direito das mulheres, mas também o direito da criança. A gente entende que a entrega legal de uma criança pela gestante é um ato de amor. É amor querer entregar essa criança da melhor forma possível, para que ela tenha um tratamento adequado, seja bem cuidada. Nesse sentido nós pedimos aqui o apoio dos colegas, para que a gente garanta o direito das mulheres, das crianças e das famílias que buscam por uma adoção. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrando deputada, sobre esse assunto de adoção, que há um juiz em Sidrolândia, doutor Fernando, que trabalha muito no assunto, esta Casa já lhe fez inclusive uma homenagem pelo seu trabalho. Parabéns pelo projeto! Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 181/2023, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz? Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sou o relator da matéria, senhor presidente, e acompanho meu voto favorável ao projeto e à emenda modificativa apresentada. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira ?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Parabéns, deputada Gleice Jane, pela iniciativa. Que este seja o primeiro de uma série de projetos que venham colaborar, enriquecer o Parlamento estadual. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Também quero parabenizar a nossa companheira deputada Gleice Jane pela apresentação desse projeto. É um tema de extrema relevância; esperamos que o projeto, uma vez sancionado pelo governador, possa de fato contribuir para que esse debate aconteça na sociedade, que haja uma educação, uma conscientização sobre esse importante tema da adoção legal de crianças. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu sabia, absolutamente eu sabia, que a chegada da deputada Gleice aqui acrescentaria uma

grande pitada de humanidade, de sensibilidade, que norteia as nossas mulheres. A nobre deputada Gleice se soma aqui às ilustres figuras das deputadas Mara e Lia. Portanto, com essas palavras, quero dizer que voto quantas vezes forem necessárias sim, porque é um gesto que demonstra toda a preocupação que essa companheira querida tem com a questão das crianças. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado das votação.

SENHOR SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por unanimidade dos presentes, aprovado projeto. Vai à segunda discussão. Em nome da Casa, da Mesa Diretora, parabéns, deputada, pela sensibilidade. Ratifico todas as palavras do deputado Zeca do PT. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 3 requerimentos, 54 indicações, 1 moção de aplauso e 7 moções de congratulação... Antes da votação, pela ordem, tem a palavra o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero pedir destaque da Moção de Repúdio nº 3559.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Moção 3559, OK. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu gostaria de saber se há uma moção de pesar, que eu pedi que fosse protocolada aqui, referente ao meu grande amigo que perdeu a vida num acidente de carro, meu afilhado de casamento, o "Tinho Cicalise", na cidade de Aquidauana.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está incluída para amanhã, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Destaque da Moção de Repúdio nº 03559/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. "Solicita à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de repúdio ao discurso de ódio proferido pelo senhor Eduardo Bolsonaro, em razão de ter comparado os professores a traficantes, fato

ocorrido em evento no movimento pró-armas." Em discussão a moção. Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas deputados, eu ouvi ali agora o deputado Zeca do PT gracejando, na dúvida se a moção ao Eduardo Bolsonaro era de repúdio ou de pesar... Não é uma moção de pesar! Nós da direita, deputado Rafael Tavares, somos igual tocandira. Tocandira é aquela formiga do Pantanal que de vez em quando, deputado Zeca, você pisa nela... Aí você até olha assim com pesar achando que ela está morta, mas não demora muito ela já sai andando devagarinho e apruma, e se você deixar seu pezinho ali, você vai experimentar uma picada mortal, você fica vinte e quatro horas sentindo uma das dores mais agudas que existem.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Concede um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Então, estamos aí, deputado, igual tocandira.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Posso falar?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pode colaborar.

DEPUTADO PAULO CORREA (PSDB) — É *tocanguira*, com "G", "U", "I".

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — No Google, senhor ex-presidente, temos aqui o nome, não sei se é científico... Talvez em guarani seja *tocanguira*... Mas, senhor presidente, colegas parlamentares, todos os dicionários trazem uma clara definição do que é *doutrinar*, assim como a trazem de *ensinar*. Doutrinar é inculcar em alguém uma crença particular; ensinar é transmitir conhecimento, são coisas distintas, diferentes. Sobre o Eduardo Bolsonaro, sobre a família Bolsonaro, o que eu tenho a dizer, deputado Rafael Tavares, é que tivemos um dos maiores aumentos da história para os educadores: 33,24%! Isso aconteceu no governo Jair Bolsonaro, apesar da resistência de prefeitos e governadores, já que municípios e estados têm leis vinculadas a esse piso nacional. Doutrinar foi o que o PT fez ao transmitir conhecimentos falsos, fingindo não entender como funciona o processo de remuneração, deputado Rafael Tavares. Hoje, comparando-se Estados Unidos e Brasil para ver quem mais valoriza os educadores, o impulso inicial é dizer que são os Estados Unidos — mas isso em valores nominais. Os Estados Unidos pagam aos professores 1,25% da sua renda média, enquanto que o Brasil paga 1,5%. Só que na verdade na América paga-se quatro, cinco vezes mais os professores, já que o PIB dos Estados Unidos é quatro, cinco vezes o PIB do Brasil. O Produto Interno Bruto dos Estados Unidos teve esse aumento exponencial porque houve um aumento de investimento no setor produtivo do país. Já aqui no Brasil, o que faz a esquerda, o que faz o PT? Propõe projetos que prejudicam a nossa produção, que visam a atrapalhar aquilo que mais reverte em benefícios, em recursos para o nosso país.

Então, se você quer aumentar o salário dos professores, dos educadores, dos dentistas, dos advogados, é preciso aumentar o PIB do país: uma coisa está atrelada à outra. Se você pegar as vinte profissões no Brasil mais mal remuneradas, verá que talvez nos Estados Unidos não seja diferente; seguindo nesse exame talvez você descubra que na América todas as profissões são quatro, cinco vezes mais bem remuneradas — porque o PIB lá é quatro, cinco vezes maior. Então nós temos de parar com esse discurso retrógrado, ultrapassado, malicioso. Quem mais valorizou os professores e a educação ultimamente, sem dúvida, foi o governo Bolsonaro. E agradeço aqui ao deputado Eduardo Bolsonaro por ter ajudado na condução desses trabalhos, dessa aprovação e dessa valorização. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, seu presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Primeiro preciso registrar aqui que dizer que o governo que mais valorizou os professores foi o governo Bolsonaro, isso aí é uma agressão à nossa inteligência. Mas eu queria pedir a verificação de quórum, senhor presidente, porque acredito que não há quórum mais para deliberação nenhuma.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós precisamos de treze votos...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Seis deputados presentes.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Efetivamente não há quórum para votação, e a moção de repúdio fica retirada de pauta. Passemos ao item 6. Moções de pesar. Proposta pela Casa aos familiares do senhor Garon Maia Filho; proposta pelo deputado João Henrique aos familiares do senhor Garon Maia Filho, em razão do falecimento deste e de seu filho, Francisco Veronezi Maia. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA CLEICE JANE (PT) — sem revisão do orador — Eu tinha-me inscrito aqui, deputado Pedro Kemp, para fazermos um esclarecimento sobre essa questão que surgiu da moção de repúdio, a um indivíduo cujo nome não quero nem falar, que compara professores com traficantes. Primeira coisa que precisa ficar clara é que estamos discutindo um tema que desvaloriza os professores. Segundo, que gostaria de lembrar que eu mesma sou professora, vivenciei todo esse processo, toda essa luta pela valorização do professor, sou sindicalista, fui presidente do meu sindicato; e nesse processo histórico é preciso lembrar que nenhum presidente foi mais atuante, mais valorizou o trabalhador da educação do que o presidente Lula. A lei

que garante os 33% de reajuste, dados no governo Bolsonaro, foi criada pelo Lula; e é importante lembrar que o governo Bolsonaro não queria pagar, aliás, só deu 33% porque não garantiu a lei no ano da pandemia, e aí somando-se todos os juros, chegamos então aos 33% — mas esse reajuste é garantido a partir da lei criada no governo do PT. Portanto a gente sabe que quem defende a classe trabalhadora, quem defende os direitos das pessoas, quem cuida das pessoas neste país é a esquerda. E no Brasil o governo do PT foi o que mais garantiu direitos para toda a classe trabalhadora. Muito obrigada, presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concede um aparte, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Com certeza.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputada Gleice, eu queria dizer que é com muita tristeza que constato que aqui nesta Casa há quem defenda um sujeito que comparou professores a traficantes. Quem faz isso é porque pensa igual — pensa igual! Pensa que professores podem ser comparados a traficantes. Então eu repudio não só a fala do Eduardo Bolsonaro, mas repudio também quem aqui defende essa fala, porque é uma ofensa aos professores, é uma agressão e é uma falta de respeito com a categoria. Então quero deixar bem claro que quem aqui defende a fala do Eduardo Bolsonaro também pensa igual e ataca a ética e a moral dos professores, comparando-os a traficantes. Espero que na próxima sessão essa moção de repúdio seja aprovada. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais e nada mais havendo, dou por encerrada a presente Sessão (11h30min).